

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOYCE MENDES FERREIRA ALVES

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES COMO FORMA DE CONTROLE
SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO**

Trabalho de Conclusão de Curso

**Cacoal - RO
2016**

JOYCE MENDES FERREIRA ALVES

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES COMO FORMA DE CONTROLE
SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – Câmpus Professor Gonçalves Quiles como
parte dos requisitos para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis sob a orientação
da Profa. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

**Cacoal - RO
2016**

A474t Alves, Joyce Mendes Ferreira
Transparência das informações como forma de controle social na gestão pública do município de Pimenta Bueno – RO/ Joyce Mendes Ferreira Alves – Cacoal/RO: UNIR, 2016. 44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof.^a Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato

1. Contabilidade pública. 2. Transparência. 3. Gestão. 4. Controle social. I. Sato, Suzenir Aguiar da Silva. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.
CDU – 657:336.126

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Transparência das informações como forma de controle social na gestão pública do município de Pimenta Bueno-RO” elaborado pela acadêmica Joyce Mendes Ferreira Alves foi avaliado pela banca examinadora em 28 de Junho de 2016, tendo sido_____.

A orientadora é a professora Profa. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato

Profa. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato
Presidente da Banca

Profa. Dra. Nilza Duarte Aleixo oliveira
Membro da Banca

Profa. Ms. Liliane Maria Nery Andrade
Membro da Banca

Nota

Cacoal - RO
2016

TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO

Joyce Mendes Ferreira Alves¹

RESUMO: A Transparência surgiu como uma forma paliativa e tornou-se obrigatória por imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ganhou reforço por meio da Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação (LAI). Apesar da existência de todo um aparato legal, o provimento dos controles internos e externos, os órgãos fiscalizadores, a *accountability* e a Educação Fiscal, não são suficientes por si só para garantir à população a segura fiscalização das ações de seus gestores em relação aos recursos. Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo verificar de que forma ocorre a transparência das informações e a participação social na gestão pública no município de Pimenta Bueno. A presente proposta é de caráter qualitativo-descritivo acerca do tema transparência pública, foi norteadada pelo método dedutivo, sendo que os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamentos bibliográficos, documentos e de campo observação em sites, tais como: o Portal da Transparência, Observatório Social de Informações municipais, Controladoria Geral da União (CGU) e os próprios sites da Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno e junto aos Conselhos Municipais, Controle Interno e presidentes de bairros. A pesquisa foi realizada no período de março a abril de 2016 e os principais resultados indicam que não existem incentivos no município que promova o exercício da cidadania e que a transparência e a sua forma de disponibilização necessitam de melhoramentos, para servir como uma forma de controle social.

PALAVRAS-CHAVE: Transparência Pública, Controle Social, Gestão.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, dentre os direitos e benefícios postos à disposição do cidadão, trouxe também o incentivo à participação popular no processo de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamentos, entre outros, por meio de instrumentos de fortalecimento da participação do cidadão em praticamente todas as áreas sob a tutela e ação do Estado.

A Transparência surgiu como uma forma paliativa e tornou-se obrigatória por imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ganhou reforço por meio da Lei Complementar nº 131 de 2009, também conhecida como Lei da Transparência, onde mais adiante garantiu um espaço de destaque na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Apesar da existência de todo um aparato legal, permeado de Princípios Administrativos e Constitucionais, o provimento dos controles internos e externos, os órgãos fiscalizadores, a *accountability* e a Educação Fiscal, não são suficientes por si só, para garantir à população a segura fiscalização das ações de seus gestores em relação aos recursos, sendo imprescindível que essa transparência seja admitida pela população e que todos os instrumentos de transparência e controle social possam ser utilizados ao seu favor.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, sob orientação da Prof^a. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

Esses instrumentos têm sido aperfeiçoados a fim de produzirem melhores resultados; têm surgido novos métodos de controle e fiscalização, assim como, novos programas que buscam conscientizar a sociedade a fazer o acompanhamento da execução dos atos de governo, proporcionando ao cidadão estar na condição de fiscalizador de seus representantes por ele eleitos ou não. Essa condição de fiscalizador só é possível em um ambiente democrático, onde possa exercer a sua cidadania.

Os Municípios por sua vez, quando apresentam um bom índice de transparência de suas informações e o adequado desempenho de suas funções eles se destacam mais, em relação a outros municípios que não tem essa visão de transparência, o que gera uma credibilidade para com o cidadão, que passa a verificar se as execuções realizadas pela Administração Pública estão à sua disposição; diante disso, ele passa a confiar mais em seus gestores e com isso, interagir ativamente, pois sabe que suas reivindicações serão ouvidas e que seus interesses serão levados em conta, no que se refere às melhorias de seu município.

Nesse contexto, vale saber: de que forma ocorre a transparência das informações e a participação social na gestão pública do município de Pimenta Bueno?

No intuito de contribuir no auxílio à problemática proposta, a presente pesquisa teve por objetivo verificar de que forma ocorre a transparência das informações e a participação social na gestão pública do município de Pimenta Bueno, Rondônia.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo-descritivo acerca do tema transparência pública foi norteado pelo método dedutivo, sendo que os principais procedimentos metodológicos utilizados foram levantamentos bibliográficos, análise de documentos do município, pesquisa de campo e observação em sites, tais como: o Portal da Transparência, Observatório Social de Informações municipais, Controladoria Geral da União (CGU) e os próprios sites da Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno e junto aos Conselhos Municipais, Controle interno e presidentes de bairros.

Além dessa introdução esse artigo contém também pesquisas à luz das legislações vigentes relacionadas à transparência e controle sociais sendo os principais temas: a Transparência Pública, Controle Social, a Interação entre Transparência Pública e Controle Social; metodologia e apresenta na seção 4 os resultados da pesquisa e por fim as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa sessão abordam-se conceitos, definições, leis e demais informações bibliográficas que nortearam as discussões da pesquisa realizada.

2.1 A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência tem por significado, ser evidente, clara e óbvia, em outras palavras as informações devem ser transmitidas de modo que, o receptor das informações possa compreender o que está sendo exposto (FERREIRA, 2008).

De acordo com Evangelista (2010), o preceito da transparência pública teve início por meio da necessidade de informar a sociedade de que forma foram alocados os recursos repassados por ela ao Estado. Desta forma, junto a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram inseridas mudanças importantes na geração e disponibilização das informações à população.

A transparência de certa forma invade o território até então privativo dos entes públicos, uma vez que não caracteriza as estruturas de conhecimento público da vigência dos poderes reguladores da nação, essa transparência também pode simbolizar uma forma tecnológica de observação do desempenho dos atos públicos a disposição dos julgamentos da sociedade (FILGUEIRAS, 2011).

Para Araújo e Arruda (2009), a administração pública pode ser conceituada como o conjunto de funções que aperfeiçoam a gestão da coisa pública possibilitando que seja alcançado o que foi almejado pela população. Portanto, destaca-se por ser destinada a agir no cumprimento das funções do estado.

Há uma reciprocidade entre a Administração Pública e o Serviço Público de modo que, pressupõe de forma clara e nítida que a execução do mesmo seja realizada, seja ela feita diretamente ou por meio de delegação (KOHAMA, 2003), ou seja, esta função deverá ser exercida impreterivelmente, seja ela parte das atribuições do cargo a serem executadas, ou concedidas a outro indivíduo para que a execute da mesma maneira que deveria ser feita por quem a delegou.

Essa interação é extremamente necessária, pois conforme Ferreira (2008), a palavra “público” está relacionada ao que é de propriedade e que se remete ao povo, ao coletivo, por isso o intuito de sua execução também está ligada aos conceitos de transparência.

De acordo com Reis (2004), são fundamentais e relevantes à produção de informações qualificadas e quantificadas que contribuem para o processo decisório, o que está diretamente relacionado com a função da Contabilidade. Desta forma, a Transparência surge da necessidade de verificar as práticas que estão sendo executadas pela gestão e como elas estão sendo executadas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 48 trata sobre a Transparência e informa que a mesma será assegurada por meio de incentivo à população, sejam elas, audiências públicas, discussões sobre planos, leis ou orçamentos (BRASIL, 2000).

A Transparência presente na gestão pública é de grande importância, pois funciona como uma forma de controle e observação dos feitos do Estado, proporcionando ao cidadão o acesso às informações, tendo acesso a essas informações o cidadão passa a ter a possibilidade de verificar as ações de seus governantes e também a forma como essas informações são disponibilizadas (PAIVA; ZUCCOLOTTO, 2009).

Já para Slomski (2011), a LRF incita o gestor da administração pública a demonstrar a transparência de suas ações e esta pode ser melhorada através de instrumentos que ajudam a evidenciá-las, isso faz com que a sociedade tenha mais confiança em seus gestores.

Observa-se que as hipóteses relacionadas ao processo produtivo e de execução estão interligados às ações do Estado de maneira que trabalhem juntos à transparência pública, no intuito de que as informações sejam fornecidas à sociedade, e que a sociedade possua meios possíveis de elucidar e analisar essas informações e deste modo tornar-se uma peça fundamental nos processos decisórios (EVANGELISTA, 2010).

A transparência está presente nos princípios de governança e quando o gestor preocupa-se em ampliar o seu desempenho e criar formas de melhoramentos na divulgação dos dados e informações sobre a Administração pública, ocasiona uma boa impressão aos cidadãos usuários dessas informações, e passam a apreciar essas práticas (CRUZ *et al*, 2010).

A LRF trata em seu art. 48 sobre a transparência da gestão fiscal e exige a disponibilização de forma ampla de seus instrumentos de planejamento, orçamento e prestação de contas referente à gestão fiscal (BRASIL, 2000); é por meio da LRF que a Transparência da Gestão Fiscal no Brasil passou a ser requerida legalmente e devidamente fiscalizada pelos órgãos responsáveis e pela sociedade na verificação do cumprimento da legislação cabível (CRUZ *et al*, 2010).

Nesse sentido, Neto *et al* (2007) ressalta que, as ações de transparência vão além da obediência à legislação, ela compõe as boas práticas da Administração que beneficia o desempenho e a atuação cidadã.

2.1.2 Instrumentos de Transparência

O significado do termo *instrumentos* refere-se a algo que possua determinada função ou utilidade, em outras palavras, atua como auxílio ao alvo que se pretende chegar. Segundo

Figueiredo e Santos (2014), para que o cidadão desfrute dos instrumentos de transparência é imprescindível que ele possua o correto entendimento do que está sendo exposto. Desta forma, seria necessário que houvesse uma capacitação condizente, haja vista que, devido a algumas expressões de cunho técnico, o cidadão muitas vezes deixa de compreendê-las inibindo o controle social e a interação entre o governo e a sociedade.

Por meio da cartilha sobre educação fiscal lançada no Estado de São Paulo, explica-se que a promulgação da Lei complementar nº131, de 27 de maio de 2009, que adicionou novas determinações a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma dessas determinações mais importantes é a obrigatoriedade de manter em tempo real as informações de aspecto orçamentário e financeiro dos governos. Ela também considera como instrumentos de transparência da gestão fiscal, os planos, orçamentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); a prestação de contas relativas ao parecer prévio; o Relatório resumido da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal (SÃO PAULO, 2013).

Afirma ainda que, essa lei determina que a transparência deverá ser garantida por meio da integração com a sociedade por meio de audiências públicas, disponibilização das informações em tempo real sobre as execuções financeiras e orçamentárias em meios eletrônicos de comunicação, para que a sociedade tome conhecimento (SÃO PAULO, 2013).

Outro instrumento de grande importância para a ampliação da transparência é a Lei Federal nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011, também denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), que trata sobre os critérios que devem ser verificados para assegurar o acesso às informações, ela determina os padrões de produção, seleção e organização dos dados públicos, é caracterizada por sua amplitude, pois se sobrepõe aos órgãos públicos que fazem parte da Administração direta (SÃO PAULO, 2013).

A exemplo de outros métodos citados, a internet também se tornou um instrumento de vasto acesso e divulgação das ações dos entes públicos, principalmente no que tange as informações financeiras de modo geral, o emprego desta importante ferramenta na ampliação da transparência das informações permite maior acessibilidade aos seus usuários (FILHO; COLARES; ANDRADE,2015).

Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), a Escala Brasil Transparente (EBT) é um método utilizado para medir o índice de transparência pública dos estados e municípios brasileiros, é um indicador que objetiva analisar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Ainda de acordo do com a Controladoria Geral da União (CGU), existe um Conselho denominado Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção, que é um órgão

colegiado e consultivo vinculado à Controladoria Geral da União que têm a função de propor medidas e debates acerca dos métodos, sistemas de controle e desenvolvimento da transparência na gestão da administração pública, possuem um papel importante no planejamento de estratégias para combater a corrupção e a impunidade.

Em Janeiro de 2016 foram disponibilizados pela Controladoria Geral da União (CGU), os relatórios contendo o ranking dos níveis de transparência pública dos Estados e municípios brasileiros e suas respectivas notas da Escala Brasil Transparente (EBT) que variam de 0 a 10.

Para a atribuição das notas, foram avaliados 12 quesitos, sendo eles de acordo com a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), que receberam como atribuição ao índice de análise um peso de 25%, considerando: a) a exposição da legislação no site do avaliado; b) existência da regulamentação; c) regulamentação do sistema interno de controle (SIC); d) regulamentação da classificação de sigilo; e) regulamentação da responsabilização do servidor e f) regulamentação das instâncias recursais; e, de acordo com a transparência passiva atribuiu-se um peso de 75%, e os quesitos analisados foram: a divulgação do sistema interno de controle (SIC) físico atendimento presencial, existência de um e-SIC atendimento pela internet, possibilidade de acompanhamento do pedido de acesso, inexistência de pontos que dificultem ou inviabilizem o pedido de acesso, respostas aos pedidos no prazo legal e respostas em conformidade com que foi solicitado.

Entre os requisitos elencados destacaram-se como principais: as informações disponíveis nos sítios eletrônicos de cada localidade, a disponibilização de algumas normas e legislações vigentes, respostas às perguntas feitas pelos usuários, previsão de responsabilização de servidores públicos em caso de condutas ilícitas, indicação de endereços, telefones e horários de funcionamento, declarações de responsabilidade, acompanhamento de solicitações, entre outros (EBT, 2015).

Esses quesitos atuam como indicadores de transparência, que devem estar à disposição da população para consulta a qualquer momento e principalmente em tempo real. Como exemplo, pode-se destacar as solicitações feitas pelos usuários das informações, sejam elas por meio de perguntas, críticas ou até mesmo sugestões, as respostas dadas a esses usuários são consideradas como indicadores de transparência.

Segundo Sant'ana (2009), apenas criar estruturas capazes de responder superficialmente as questões levantadas por seus usuários não é o suficiente, e sim causar nos agentes públicos um interesse em executar ações eficazes antes mesmo de serem reivindicadas pela população.

Para Júnior (2008), todas as ações de interesse público devem ser transparentes, de modo que permita ao cidadão ter a noção do que é e o que abrange o aparelhamento público. Já na conjuntura da transparência fiscal, o seu significado tem a ver com a transparência do cumprimento dos orçamentos e da gestão financeira pública.

2.3 CONTROLE SOCIAL

O serviço público abrange uma atividade que vai além do interesse da comunidade, portanto, devem submeter-se as imposições da mesma, a fim de corresponder ao interesse social e promover a satisfação do indivíduo como um todo (KOHAMA, 2003).

Segundo Catelli (1999), o desenvolvimento do controle tem relação com a execução de medidas que visam corrigir ou extinguir determinados atos, ou quando um resultado do que foi alcançado é distinto do que foi traçado, no intuito de garantir que os fins projetados sejam obtidos. O autor afirma ainda que, o controle abrange quatro fases fundamentais para que a sua execução seja bem sucedida, que são: (I) a previsão dos resultados aliadas a tomada de decisão, (II) agrupamento dos dados relativos às suas execuções, (III) comparação desses dados de acordo com o que foi orçado e (IV) averiguar onde não obteve êxito a fim de, retificar ações decorrentes de suas falhas.

De acordo com Pereira (2010), o controle em definição limitada, pode ser considerado como o controle praticado pelos emissários escolhidos pelo povo sobre as ações dos dirigentes públicos, tendo ou não sido eleitos.

Para Carlos *et al*, (2008), os procedimentos lentos ou inexistentes dos gestores na resolução dos problemas sociais juntamente com casos de corrupção relacionados ao dinheiro público comprovam o quanto existe a necessidade de passar a interessar-se e a participar ativamente para que haja a promoção dos benefícios almejados e o bem estar social, o que proporciona a satisfação mútua. Isso demonstra o papel do cidadão de que depois de eleger quem ele escolheu durante o período de campanha, mesmo tendo o voto apenas como obrigação, deve procurar assumir primordialmente a função de fiscalizar e fazer cumprir as propostas e promessas que foram feitas e que representam o motivo pelo qual o governante foi eleito (SILVA, 2012).

O controle social é o controle pleno executado pela sociedade e chega a ser considerado dentre os meios de controle, como sendo o que proporciona mais efeitos. No entanto, para que seja eficaz este meio de controle precisa ser estimulado na medida em que

se busca o desenvolvimento social e seu respectivo crescimento econômico (CARLOS *et al*, 2008).

Segundo a CGU em sua cartilha denominada “olho vivo no dinheiro público” (2012), trata sobre o controle social e afirma que, o Brasil devido a sua ampla extensão territorial não possui fiscalização suficiente dos gastos públicos. Por isso, é necessário que exista o auxílio da sociedade, a fim de promover o controle social e garantir que essa fiscalização permaneça ativa.

Para que ocorra a verificação e a formação de conhecimento crítico resultante da transparência das informações, existe a necessidade da Administração Pública revelar e divulgar sem restrições, seus planos, ações e deliberações de interesse público, tornando esses dados acessíveis e obtendo como resultado uma aproximação do gestor com o cidadão por ele representado (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014).

As leis brasileiras têm passado por um processo evolutivo com relação à criação de instrumentos determinantes no fator de divulgação das informações atinentes aos gastos públicos pelas diversas entidades representativas. No entanto, ainda tem-se a necessidade de relatar à sociedade sobre como está caminhando a Administração pública para que ela concretize suas ações de cidadania (CRUZ *et al*, 2010).

Segundo Evangelista (2010), a informação é um dos instrumentos fundamentais para que o cidadão usufrua de seus direitos, a partir disso ele adquire condições de atuar em prol da defesa de seus interesses, ou seja, exerce o denominado controle social junto à gestão pública.

Entretanto, Martins e Véspoli (2013) afirmam que, o cidadão só irá exercitar o seu poder de cidadania e atuar como fiscalizador, após a iniciativa do governo em promover a divulgação das informações de modo diferente, ou seja, interagir com o cidadão por meio de uma linguagem mais explícita e menos técnica que acaba afastando o interesse dos usuários.

2.3.1 Instrumentos de Controle Social

A população local é a principal fiscalizadora dos órgãos governamentais, e para auxiliar nesta fiscalização existem inúmeros instrumentos e ferramentas que são eficientes quando são conhecidas e utilizadas. Dentre eles podem-se destacar os Sistemas de Controle, Controle Interno, Controle Externo e a *Accountability*.

Segundo Pereira (2010), para nortear uma boa gestão do aparelhamento público é necessário que haja uma definição prévia de seus objetivos, os Sistemas de controles interno e

externo devem ser utilizados para formar estruturas capazes de controlar o desempenho dos gestores com base nos interesses da sociedade de modo geral.

De acordo com Botelho (2014), o Controle Interno do setor público é parecido com o do setor privado, pois abrange práticas ou hábitos seguidos por uma organização com a finalidade de salvaguardar seus bens, averiguar a precisão e veridicidade das informações obtidas, além de promover a eficiência, incitar a realização do que está prescrito e impetrar a execução dos objetivos e metas previstos. O autor afirma ainda que, o Controle Interno é implantado na composição da organização e possui o poder de estabelecer normas referentes aos métodos que consintam em atender aos padrões e uniformidade de atuação.

O Controle Interno também pode ser entendido como o método executado seja ele pela gestão, diretores e/ou outros indivíduos da organização, nomeados para fornecer maior segurança no atendimento dos objetivos das categorias de efetividade, eficiência, confiabilidade e conformidade (SLOMSKI *et al*, 2008).

A finalidade do controle interno é concernente à preservação dos interesses de uma entidade e faz referência ao amparo do patrimônio contra possíveis riscos e danos em virtude de falhas ou anormalidades (OLIVEIRA, 2010).

No que se refere ao Controle Externo, Botelho (2014), explica que é o controle feito pelo órgão alheio à gestão responsável, ou seja, são praticados por órgãos acessórios, que estão fora da entidade controlada.

Para Botelho (2014), os órgãos de controle externo são representados pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Câmara de Vereadores e a Sociedade. A Câmara de Vereadores segue um ramo de atuação voltado ao controle legislativo que se divide em Controle Político e Controle Financeiro de esfera municipal. O autor ainda acrescenta que, esses órgãos poderão requerer o auxílio do Controle Interno na execução de suas obrigações perante a organização, para obtenção e verificação das informações necessárias.

O termo *accountability* (um dos instrumentos) remete-se ao dever de prestar contas, deste modo esta filosofia deve ser vigente na administração pública, podendo citar como exemplo, à esfera política, pois quando eleitos pela sociedade espera-se que estes façam o melhor para a população, que exerçam o seu papel de forma clara e prestem contas de suas práticas (SLOMSKI, 2003).

A *accountability* e a transparência na gestão são elementos que permitem ao indivíduo fazer o acompanhamento da execução das ações públicas, haja vista que esses termos por meio de seus conceitos acabam por um complementar o outro (CARLOS *et al*, 2008).

De acordo com Fernandes (2012), a *accountability* é considerada como uma forma de responsabilidade democrática, ou seja, em outras palavras e de forma mais simples, a prestação de contas, dos atos do representante e também uma forma de avaliação de seu desempenho, embora essa seja uma expressão de sentido muito mais amplo do que aparenta ser.

As estimativas das execuções realizadas pelos órgãos da Administração pública precisam comprovar que as funções recebidas por incumbência realmente estão sendo exercidas de acordo com os recursos disponibilizados para a sua correta alocação (CATELLI, 1999).

Cada recurso que é disponibilizado para utilização, já está previsto para ser empregado em determinado local ou setor, não podendo ser utilizado em nenhum outro tipo de situação, sua alocação também deve obedecer todos os critérios que foram planejados anteriormente, pois o gestor deve fazer a devida prestação de contas.

Como exemplo de alocação de recursos, pode-se citar o recebimento de determinada verba que deve ser destinada para o desenvolvimento da cultura local, esta verba não poderá ser utilizada para fazer o recapeamento do asfalto, os recursos destinados a esse recapeamento serão destinados somente para este fim. Para Slomski (2011), os responsáveis têm o dever de prestação de contas junto aos seus eleitores, de modo que, possam responder inalteradamente por todas as ações praticadas durante o seu exercício.

A *accountability* é fundamental para que o cidadão atue como fiscalizador, sendo assim, o controle social não pode permanecer sem ela, é indispensável que na sociedade exista o tipo de cidadão que é ciente de suas exigências para com o poder público de modo que, denote melhorias no âmbito coletivo (GUIMARÃES *et al*, 2008). Ainda de acordo com o autor, a *accountability* não é simplesmente uma forma de dar publicidade as ações governamentais, na prestação de contas dos recursos públicos, e sim, uma conexão de todos os métodos de controle.

Segundo Mota (2006), para que haja a prestação de contas dos representantes referente às suas ações, o indivíduo representado deve ter a capacidade de percepção e interpretação de forma autônoma, e não como se não tivesse aptidão para fazê-lo sem que estivesse sendo representado e assim se sentiria sem amparo algum.

A *accountability* demanda transformações no que diz respeito à prestação de contas, ela é distinta do que é apresentado anualmente, seus controles estão direcionados a missão, objetivos, efeitos e a resolução dos problemas previamente identificados (LIMA, 2012).

De acordo com Júnior (2008), a *accountability* não deve ser encarada como se fosse um tipo de protocolo para o seguimento de normas e linguajares técnicos distantes do que a população está vivenciando, pelo contrário, a *accountability* deve permitir que o cidadão entenda os níveis de responsabilidade de seus gestores, para posteriormente por em prática o seu poder de fazer cumprir os seus direitos.

Arelados a esses instrumentos de controle social, verificou-se a existência de Programas direcionados a estes fins, um desses programas era intitulado como Grupo de trabalho e Educação Tributária (GET), que foi criado em 1997, e a partir de 1999 em virtude de sua abrangência passou a ser denominado Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), esse programa surgiu da necessidade de haver harmonia entre o Estado e a sociedade e recebeu como atribuição o papel de conscientização da sociedade com relação à importância do acompanhamento da alocação dos recursos oriundos da arrecadação, e como retorno dessa conscientização, favorecer o desenvolvimento da cidadania (PNEF, 2005).

Conforme o PNEF (2005), em sua cartilha sobre Educação Fiscal apresenta o seu conceito no sentido *stricto sensu* e *lato sensu*, no sentido *stricto sensu* sua compreensão conduz a interpretação dos aspectos financeiros da arrecadação e dos gastos públicos a fim de, minimizar os atritos entre o cidadão e o Estado. Já no sentido *lato sensu*, a Educação Fiscal deve versar sobre o entendimento do que é o Estado, e qual a sua representação da sociedade referente aos gastos públicos.

2.4 INTERAÇÃO ENTRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Por meio do aumento dos mais variados tipos de ferramentas tecnológicas de acesso à informação, observa-se seu processo de evolução ao passar dos anos, com isso, nota-se certo empenho em oferecer ao público informações variadas, sejam elas por ação espontânea ou pela obrigação de cumprir a lei em troca de não sofrer as sanções cabíveis. Dentre algumas fontes de informação que têm se destacado, pode-se citar o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, o Portal da Transparência e do Senado, entre outros (EVANGELISTA, 2010). O autor ressalta ainda que, apesar do indivíduo ter inúmeras fontes de informação à espera de sua verificação, o cidadão muitas vezes por não ter o conhecimento técnico necessário para a sua análise, acaba por ocasionar o seu distanciamento e desinteresse dos assuntos públicos, optando por abrir mão de atuar como controlador e fiscalizador social.

Para Neto *et al* (2007), a internet representa uma importante ferramenta de interação entre o governo e a sociedade, por meio dela o cidadão obtém um conhecimento amplo e

permite o acompanhamento das ações praticadas por seus gestores, além de poder manifestar por meio dela suas reivindicações, críticas e/ou sugestões, pois a internet tornou-se um dos meios mais populares de comunicação em tempo real. No entanto, ainda existe uma parte da população que não têm acesso a essa ferramenta e nem a noção do quanto é importante a sua participação para inibir atos ilícitos de seus representantes, normalmente trata-se da classe mais humilde da população.

De acordo com Evangelista (2010), é um bom exemplo a ser citado em relação à interação entre transparência e controle social, o caso do Programa de Governo denominado Bolsa Família (PBF) que exige a exposição em local apropriado e de fácil visualização, os favorecidos da localidade, esta é uma forma simples de verificar se estes auxílios realmente estão sendo pagos e se, quem recebe realmente se encaixa nos critérios necessários para o seu recebimento, neste caso a própria população já possui a capacidade de fiscalizar possíveis irregularidades.

2.4.1 Publicidade e Transparência Pública

Segundo Evangelista (2010), a publicidade atua como um fator de divulgação inicial e final ao passo de que segue uma norma legal e vigente, já no que tange a transparência têm por objeto atestar ao indivíduo as benfeitorias e resultados obtidos por meio das ações governamentais. De certa forma, ambas estão relacionadas, mas cada qual com suas características próprias.

Carvalho (2015) destaca que o princípio da publicidade alega que a Administração deve ser exercida de forma ampla, correta e transparente, pois a Administração trabalha no sentido de representar o cidadão, portanto o mesmo tem o direito de saber tudo o que está sendo realizado. O estado democrático de Direito não pode aceitar que permaneçam ocultas as informações que são de interesse coletivo.

De acordo com o *site* Direitonet (2016), em seu artigo jurídico sobre a publicidade e transparência, alega que a publicidade tem o poder de influência na evidenciação dos princípios fundamentais da gestão pública, e proporciona a sociedade o entendimento sobre a transparência de seus atos. Segundo Matos (2012), a publicidade aliada à transparência permite mais acessibilidade às ações públicas de direito coletivo e favorece a integração entre a gestão e o cidadão que passa a participar e acompanhar o desempenho do ente, exercendo assim a sua soberania popular.

Para Filgueiras (2011), a publicidade e a transparência estão diretamente relacionadas, porém possuem significados distintos, a publicidade vai mais a frente do que a transparência, a transparência diz respeito à divulgação das informações referente alocações de recursos e atos públicos, já a publicidade promove uma conexão entre a sociedade e o governo em relação as suas ações visando os interesses públicos, permitindo assim o exercício de sua cidadania.

Para que os usuários compreendam as informações que foram divulgadas é importante preservar a qualidade dessas informações e não a quantidade delas, pois ao acessá-las os usuários poderão compreender e analisar o que é realmente importante, para que as informações mais relevantes não estejam camufladas ou passem despercebidas (NETO *et al*, 2007). Um conteúdo muito extenso e de difícil acesso, ou seja, com uma linguagem técnica, não permite o bom entendimento, especialmente da população que é a principal interessada, até pelo fato da ausência de tempo para pesquisar sobre esses termos técnicos e entender o que foi disponibilizado.

Conforme Neto *et al* (2007), quando as informações referentes às contas públicas são fornecidas de maneira completa e de fácil identificação e acesso, proporciona ao cidadão uma sensação de segurança, pois demonstra para a sociedade que os seus gestores têm trabalhado em prol dos interesses e prestando auxílio à tomada de decisão.

No que se refere à transparência das contas públicas, são necessários alguns elementos para que esta seja evidenciada, deste modo, esses elementos estão elucidados segundo a ilustração da figura 1.

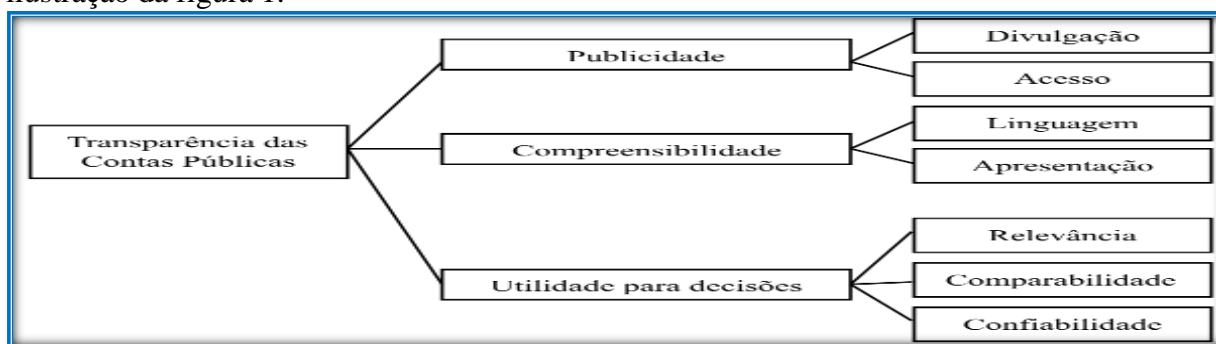


Figura 1: Elementos da transparência das contas públicas

Fonte: Baseado em Neto *et al* (2007).

Ainda de acordo com Neto *et al* (2007), o primeiro elemento apresentado que é o da publicidade indica a amplitude das informações fornecidas aos cidadãos, o segundo elemento que é a compreensibilidade, demonstra como essas informações são expressas e disponibilizadas, de modo a torná-las entendíveis, já o terceiro elemento que é a utilidade para

decisões, indica o quanto essas informações expressam ou não, o anseio da população e sirvam de apoio ao gestor em suas respectivas providências.

Evangelista (2010) afirma que, não basta apenas disponibilizar informações e sim torná-las entendíveis para que por meio delas o indivíduo possa verificar se os seus gestores estão trabalhando em prol de seus interesses e reivindicações e assim poder exercer a sua cidadania.

O processo democrático exige um conjunto de práticas relacionadas à publicidade, a fim de, garantir o livre-arbítrio de suas práticas, porém não estando isento de sua responsabilidade e da prestação de contas do Estado perante a sociedade (FILGUEIRAS, 2011).

A LAI visa à observância da publicidade como regulamento geral com relação ao direito à informação, que deve ser desempenhada conforme regem os princípios fundamentais da Administração pública. Desta forma, é importante o incentivo incessante a cultura da transparência e controle social da gestão pública (SÃO PAULO, 2013).

A publicidade deve estar atrelada aos princípios fundamentais que regem a administração pública, de acordo com o que preceitua a Constituição Federal (JÚNIOR *et al*, 2009), deste modo, Brasil (2012) assegura em seu art. 37 que, a administração pública corresponderá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ou seja, sempre em atendimento à lei, visando o coletivo, de modo que, corresponda aos princípios e regras existentes, a disponibilização ao público em geral e atenda ao objetivo que se almeja.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como qualitativo-descritivo acerca do tema transparência pública e foi norteadada pelo método dedutivo. A pesquisa qualitativa buscou se aprofundar nas questões e não em resultados estatísticos e busca apresentar uma visão ampla de um cenário.

Na presente pesquisa buscou-se descrever de que forma ocorre a transparência das informações, clareza de linguagem ou não, forma em que são expostos os relatórios e as demonstrações, local de divulgação e acesso ao cidadão, ou seja, de forma geral, buscou-se averiguar e descrever se atende ou não, o que preconiza a legislação pertinente explorada na parte do referencial teórico.

Quanto aos procedimentos utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica objetivou conhecer e analisar as principais contribuições

teóricas existentes sobre o tema e o problema e foi complementado pelo levantamento e averiguações por meio dos portais de transparência e sítios eletrônicos da Prefeitura municipal e Câmara municipal de Pimenta Bueno.

Já a pesquisa de Campo, se realizou com coleta de dados junto às pessoas, ou seja, as informações foram complementadas por meio de entrevistas conduzidas por roteiro semi-estruturado aplicado junto aos responsáveis pelo controle interno da prefeitura do município de Pimenta Bueno e ao Presidente da Câmara Municipal, além de entrevistas com os presidentes de bairros e representantes dos Conselhos municipais do referido município. Os demais dados no que se refere ao atendimento do objetivo proposto no que tange a transparência e ao controle social, o levantamento de dados deu-se, nos sítios eletrônicos, documentos publicados e/ou expostos que posteriormente foram confrontados com o que prevê as teorias e os dados entre eles.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de março e abril de 2016 e os dados foram compilados em quadros e tabelas com descrição detalhada dos achados e confrontação com a base teórica a fim de proporcionar conclusões acerca do que se pretende alcançar. Em suma, a pesquisa contemplou os elementos conforme a figura 2:

OBJETIVO	ELEMENTOS TEÓRICOS	FORMA DE AVERIGUAÇÃO
Identificar os instrumentos utilizados pela gestão pública municipal para efetivação da transparência das informações	Publicidade; compreensibilidade e utilidade das decisões (NETO <i>et al</i> , 2007)	Sites, murais, publicações, entrevistas junto ao controle interno da Prefeitura do município e Presidente da Câmara Municipal
Verificar se o acesso da sociedade às informações referentes à administração das receitas públicas permite que se verifique se os gastos estão sendo utilizados adequadamente, atendendo aos interesses coletivos	Controle Social; Sistemas de Controle, Controle Interno, Controle Externo e Accountability (BOTELHO, 2014); (MOTA, 2006), (SLOMSKI <i>et al</i> , 2008).	Instrumentos disponíveis ao cidadão e entrevistas junto ao controle interno da Prefeitura do município, Presidente da Câmara Municipal, Conselhos municipais e presidentes de bairros
Verificar se as informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades governamentais permitem a instrumentalização do controle social e se o cidadão demonstra interesse e motivação em fazer uso dessas informações	Interação entre Transparência e controle social; (EVANGELISTA, 2010); (NETO <i>et al</i> , 2009).	Entrevistas junto ao controle interno da Prefeitura do município, Presidente da Câmara Municipal, Conselhos municipais e presidentes de bairros
Identificar possíveis barreiras ao exercício da cidadania	Linguagem formal e técnica das informações (CARVALHO, 2015); (MATOS, 2012)	Entrevistas junto ao controle interno da Prefeitura do município, Presidente da Câmara Municipal, Conselhos municipais e presidentes de bairros

Figura 2: Principais elementos de pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após o acompanhamento dos sites da Prefeitura, Câmara municipal e Portal da Transparência verificaram-se que houve uma atualização em seus bancos de dados, no mês de junho de 2016, assim como respectiva atualização no Ranking da Transparência disponibilizado pelo Ministério Público Federal (MPF), deste modo achou-se importante a atualização desses dados na presente pesquisa, assim como o comparativo dos mesmos.

A partir das análises dos instrumentos constatou-se a existência de 7 (sete) Conselhos Municipais: Conselho Tutelar, Conselho de Direito das Crianças e Adolescentes (CONDICRA), Conselho de Assistência Social, Conselho de Desenvolvimento Urbano e Estruturado, Conselho de Desenvolvimento Econômico, Conselho de Agricultura e Meio Ambiente, Conselho da Saúde, no entanto só conseguiu-se obter contato com os componentes de apenas 4 (quatro) deles, sendo estes: Conselho de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho da Criança e Adolescente e Conselho de Agricultura e meio ambiente. Com relação aos presidentes de bairros, verificou-se a existência de 16 (dezesesseis) bairros, no entanto, apenas dois bairros possuem representantes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nessa sessão abordam-se os resultados e discussão alcançados a partir dos objetivos específicos do estudo, sendo apresentados a partir da seguinte sequência: 1) Controle Interno; 2) Câmara Municipal; 3) Conselho Municipal e 4) Presidentes de Bairro.

4.1 TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES COMO FORMA DE CONTROLE NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO

O município de Pimenta Bueno tem seu nome como forma de homenagem a Francisco Antônio Pimenta Bueno, uma figura pública pertencente a classe militar, reconhecido por desempenhar funções militares de alto nível e atuação como Coronel (PIMENTA BUENO, 2016).

Em 1926 era até então, um vilarejo, passou a ser município a partir de outubro de 1977, por meio de uma Lei Federal, e em novembro de 1977, ocorreu a sua emancipação político-administrativa, a base de sua economia era a extração da borracha e diamantes, localizada à BR-364, km 507, ao sul da capital do Estado, Porto Velho, os dados publicados pelo (MPF) no ranking de transparência (2016), indicam que, a cidade atualmente é composta por 37.230 habitantes.

A gestão em exercício é composta por 11(onze) Secretarias, sendo elas: Gabinete do Prefeito (GP), Procuradoria Geral do Município (PGM), Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Coordenação Geral (SEMPPLAN), Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), Secretaria Municipal de Administração Geral (SEMAD), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU), Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (SEMAST), Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)e Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo (SEMAGRI).

No site da prefeitura, algumas Leis e Resoluções municipais, informam seguir às legislações vigentes que asseguram à transparência das informações, assim como, sua disponibilização, além de permitir o acesso da população à verificação dos dados existentes durante todos os exercícios anteriores e atuais.

4.1.1 Os instrumentos de transparência pública utilizados no município de Pimenta

Bueno

Os instrumentos de transparência pública utilizados no município são: os sites, Portal da Transparência, o Diário Oficial dos Municípios, audiências públicas e murais. Na presente pesquisa optou-se por começar a abordagem falando sobre o Controle Interno e o Presidente da Câmara municipal, retratando o que é disponibilizado e como o município transmite as informações para a população, a partir da visão do controle interno e do presidente da câmara municipal.

No tocante ao Controle Interno do município de Pimenta verificou-se que é composto por 5 (cinco) membros, em sua maioria mulheres (4) e 1 homem, , no entanto, só participaram da pesquisa 2 representantes do sexo feminino do Controle Interno e o presidente da Câmara municipal, ou seja os dados no tocante aos instrumentos utilizados serão a partir do entendimento do controle interno da prefeitura e respectivamente do Presidente da Câmara, totalizando 3 pesquisados.

Todos os membros, ou seja, 100% dos respondentes possuem nível superior e especialização, nas áreas de Administração de Empresas e Direito e atuam na função de Auditoria Interna, por aproximadamente 5 (cinco) anos, o que representa um grau de experiência nos assuntos que lidam diariamente no setor representado.

Já o presidente da Câmara municipal possui o nível médio completo, ou seja, não possui nenhuma especialização e nem qualificação técnica, atua na função de Presidente há aproximadamente três anos e meio.

No que se refere às ferramentas utilizadas pela gestão para a efetivação da transparência, houve comum acordo nas respostas, tanto pelos respondentes do controle interno, quanto pelo presidente da Câmara (Tabela 1).

Tabela 1: Ferramentas utilizadas pela gestão pública municipal para efetivação da Transparência das informações

Ferramentas	Quantidade	Porcentagem
Internet	3	100%
SIC- Serviço de Informação ao Cidadão	Não há	0
Divulgação em meios de comunicação	1	0
Outros	Não há	0
Total	4	100%

Fonte: Pesquisa (2016)

De acordo com os dados apresentados na tabela 1 (100%) foi destacada pelos participantes da pesquisa, a internet como sendo uma das ferramentas utilizadas pela gestão pública do município para a efetivação da transparência das informações; Já o presidente da câmara disse que ocorre a divulgação dessas informações também através dos meios de comunicação. Esses dados ressaltam a colocação de Filho, Colares e Andrade (2015), que acreditam que a internet permite um vasto acesso às informações e divulgação das ações dos entes públicos, principalmente financeiras de modo geral, permitindo maior acessibilidade por parte de seus usuários.

Contudo, a utilização da internet como ferramenta de transmissão das informações, não garante por si só a transparência, pois a LRF (2000) declara que, também deverá ser assegurada por meio de incentivo à população, sendo elas por meio de audiências públicas, discussões sobre planos, leis ou orçamentos, serviços de apoio ao cidadão ou qualquer outro meio que se possa utilizar para viabilizar o acesso às informações públicas.

Quando perguntados se no município realizam-se atividades referentes à participação e o controle social, (100%), ou seja, todos os respondentes do controle interno não souberam informar, assim como, não especificaram se os Conselhos Municipais auxiliam ou não a população no acompanhamento e entendimento das informações referente à alocação de recursos.

Da mesma forma, o presidente da Câmara informou que realmente não existe no município nenhum tipo de atividade destinada à participação e o controle social e nem

atividades realizadas pelos Conselhos Municipais voltadas à finalidade ou que auxilie a população no caso de possíveis dúvidas ou questionamentos relacionados à aplicação dos recursos públicos.

Acerca da existência dos Conselhos municipais, foi informado (100%) que existem apenas 2 (dois) conselhos que são atuantes, sendo eles, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Educação. Diante desses dados, ao confrontar os conselheiros (dados serão apresentados posteriormente) verificou-se que há um desconhecimento dos Conselhos realmente existentes e se eles são atuantes no município; durante a aplicação da pesquisa não foram localizados nenhum representante do Conselho de educação, pois até então, o referido conselho não havia sido mencionado, quando se verificou o quantitativo de Conselhos Municipais para à aplicação da pesquisa. Quanto às informações do Presidente da Câmara, o mesmo informou que são 4 (quatro) Conselhos Municipais, porém não informou os respectivos nomes, e nem se eles são atuantes no município.

Com relação aos benefícios, avanços e mudanças que ocorreram na gestão pública do município em virtude do controle social, tanto o controle interno, quanto o presidente da câmara municipal foram perguntados sobre os itens expressos na Figura 3:

BENEFÍCIOS, AVANÇOS E MUDANÇAS DO CONTROLE SOCIAL		LOCAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS
Transparências nas contas públicas e equilíbrio fiscal	3	Portal da Transparência e Diário Oficial do Município (AROM)
Melhor aplicação dos recursos e investimentos públicos	Não	
Melhor gestão de programas e políticas públicas do governo	Não	
Aumento da governabilidade e melhor gerenciamento da máquina pública	Não	Portal da Transparência
Todas as mudanças descritas acima ocorreram no município	Não	
Não houve nenhum tipo de mudança	1	
Outros	Não	
TOTAL	4	

Figura 3: Benefícios, avanços e mudanças do controle social

Fonte: Pesquisa (2016)

Conforme se evidencia na Figura 3, os entrevistados representantes do Controle Interno informaram que os benefícios, avanços e mudanças deram-se apenas por meio da Transparência nas contas públicas e o equilíbrio fiscal, e ressaltaram que devido à criação da Lei da transparência, permitiu ao contribuinte ter mais facilidade no acesso e acompanhar a gestão governamental. Um dos respondentes lembrou e informou sobre a existência do Diário

Oficial do Município, também conhecido como Associação Rondoniense dos Municípios (AROM), que também permite o acompanhamento dos atos da gestão e aplicação dos recursos e nos demais itens houve concordância por parte dos respondentes de que não perceberam essas mudanças e/ou não houve.

Nesse sentido o presidente da câmara discordou ressaltando que não houve nenhum tipo de benefício, avanços e /ou mudanças em virtude do controle social, até porque a própria população não demonstra interesse por esses assuntos, pois segundo ele não houve nenhum tipo de mudança no município justamente pelo fato de não existir nenhuma atividade a fim de mudar este cenário.

Quando perguntados se a sociedade tem acesso às informações referente à administração das receitas públicas e onde elas estão sendo aplicadas, ambos concordaram que sim – tem acesso, as formas de disponibilização e solicitação das informações são apresentadas na Figura 4:

FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		ONDE (?)	FORMA DE SOLICITAÇÃO DAS INFORMAÇÕES		LOCAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS RECEITAS
Internet	Sim	Diário Oficial dos Municípios- AROM	Via telefone	Não	Portal da Transparência e Secretaria da Fazenda
			SIC- Serviço de informação ao cidadão	Não	
Portal da Transparência	Sim		Via e-mail	Não	
Rádios e TV's locais	Não		Protocolo via e-mail e /ou presencial	Sim	
Audiências Públicas	Sim		Ouvidoria	Não	
Murais e/ou canal aberto á população	Não		Outros	Não	
Folhetos informativos	Não				
Outros	Sim				

Figura 4: Disponibilização das Receitas Públicas e local de disponibilização das informações

Fonte: Pesquisa (2016)

Conforme pode ser observado na figura 4, a internet é o principal meio de transmissão das informações, seguido pelos registros no Portal da Transparência e as Audiências Públicas realizadas para auxiliar na tomada de decisão. Quanto à forma e onde se encontra disponível para à população solicitar as informações de seu interesse, os pesquisados tanto do controle interno, quanto o presidente da câmara afirmaram ser através de registro de protocolo que poderá ser solicitado via e-mail ou presencial, e ressaltaram que as informações referentes ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) podem ser verificadas no Portal da Transparência, no sítio do município de Pimenta Bueno e Diário Oficial dos Municípios.

No entanto, as informações que constam no site da prefeitura local não estão atualizadas, e após o acompanhamento feito durante 30 (trinta dias) no mês de fevereiro de 2016, o site ficou fora do ar por pelo menos duas semanas, quando questionados sobre o porquê desse acontecimento, os funcionários não souberam informar; o mesmo aconteceu com o Portal da Transparência que ficou fora de funcionamento por pelo menos dois meses, sendo que foram no mês de Janeiro e Março de 2016 e só voltou a funcionar no final do mês de março.

Verificou-se, também, que não houve mudanças e as informações permanecem desatualizadas, como LDO, LOA, Execuções Orçamentárias, prestação de contas anuais e balanços, exceto, o PPA do município que foi feito de 2014 a 2017 e a folha de pagamento dos servidores; isso contraria o pensamento de Leite e Corrêa (2013), que menciona como sendo uma das principais determinações da LRF, a obrigatoriedade da disponibilização de informações de caráter orçamentário e financeiro da gestão pública em tempo real.

De acordo com presidente da câmara, essas informações estão disponibilizadas na Secretaria de Fazenda, no Portal da Transparência do município, Portal de acesso à informação e na Câmara municipal, e também trata sobre esses assuntos em suas audiências públicas, informações essas, que podem ser verificadas na prefeitura, tanto presencialmente, quanto via e-mail, segundo as palavras do entrevistado.

O presidente da Câmara disponibilizou para verificação, a Resolução n° 503/2016, que dispõe sobre a aplicação da Lei de Acesso à informação, no âmbito do poder Legislativo de Pimenta Bueno, resolução esta que foi aprovada em 23 de maio de 2016, que trata sobre as formas de disponibilização de informações, orientações de acesso a tais informações, deferimento e indeferimento de pedidos, assim como, a incumbência e responsabilização do ocupante de cargo de técnico em informática acerca do cumprimento desta Resolução, cuja Resolução encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico da Câmara municipal.

4.2 CONTROLE SOCIAL

O exercício do controle social diz respeito ao direito do cidadão em conhecer, acompanhar e opinar sobre as decisões dos gestores governamentais para certificar-se de que os recursos colocados à disposição do Estado estão produzindo resultados positivos em prol da coletividade, ou seja, é a atuação popular no sentido de defender direitos e interesses coletivos perante a administração pública.

Para verificar de que forma ocorre o controle social, foi pesquisado junto aos conselheiros municipais e junto aos presidentes de bairros, e os achados da pesquisa serão apresentados nessa respectiva ordem.

Os conselhos municipais normalmente são formados por representantes da Prefeitura, de secretarias e/ou outros órgãos esociedade, visam contribuir para a formulação de planos de ação que tragam benefícios à sociedade por ele representada, onde são feitas reuniões periódicas para a abertura de discussões acerca de determinado assunto e uma de suas principais atribuições é a de assegurar o direito do cidadão. São 7 (sete) conselhos municipais, no entanto, só conseguiu-se obter contato com os componentes de apenas 4 (quatro) deles, sendo estes: Conselho de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho da Criança e Adolescente e Conselho de Agricultura e meio ambiente.

Quanto ao perfil os Conselheiros municipais de Pimenta Bueno podem ser elucidados conforme tabela 2.

Tabela 2: Perfil dos Conselheiros

FAIXA ETÁRIA	%	ESCOLARIDADE	%	FORMAÇÃO	%	ATUAÇÃO	%
20-30	0%	Ensino Fundamental	0%	Administração	25%	- de 01 ano	50%
31-40	25%	Ensino Médio	50%	Ciênc. Contábeis	0%	01 a 02 anos	0%
41-50	25%	Superior Completo	0%	Assist.Social	0%	02 a 03 anos	25%
51-60	50%	Superior cursando	25%	Outras	50%	+de 03 anos	25%
61-70	0%	Especialização	25%	Nenhum	25%	+de 05 anos	0%
TOTAL	100%	-	100%	-	100%	-	100%

Fonte: Pesquisa (2016).

Em relação ao gênero dos respondentes, 100% dos Conselhos são representados pelo sexo masculino, ou seja, todos os conselhos são representados por homens, o que demonstra a forte atuação dos mesmos na representação dos respectivos conselhos; 50% estão entre 51 e 60 anos, enquanto que 25% têm idades que variam entre 31-40 anos, e os outros 25% estão entre 41-50 anos, notando-se que há um misto entre as faixas etárias, no entanto prevalece à faixa etária de 51-60 anos demonstrando certo grau de maturidade e experiência, ou maior disponibilidade de tempo (tabela 2).

Com relação ao grau de escolaridade dos representantes dos respectivos Conselhos municipais, 25% dos entrevistados possuem nível Superior incompleto ou cursando, 25% possuem especialização, sendo que os outros 50% possuem nível médio.

Quanto ao grau de escolarização, no geral pode ser considerado como um bom índice, levando em consideração a média brasileira, que foi apresentada em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2013, onde afirma que predomina o nível superior entre a formação dos membros de conselhos do país (27%), assim como, o grau de especialização, ou seja, Pós-graduação (55%), o que indica a constante busca por capacitação e aperfeiçoamento em sua área de atuação, constatado pela média nacional de escolaridade dos Conselhos, conforme demonstra a Figura 5:

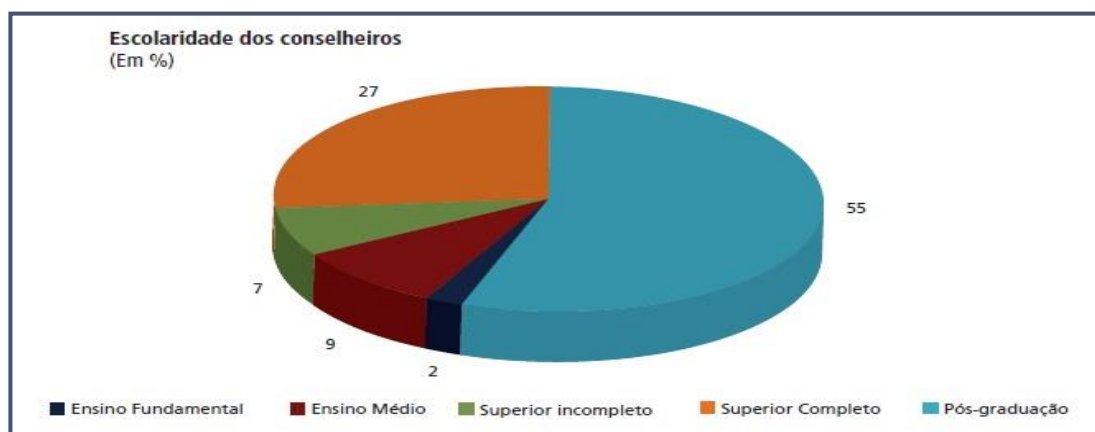


Figura 5: Escolaridade dos Conselheiros Nacionais

Fonte: IPEA (2013).

Ainda sobre os dados de formação acadêmica, 25% não possuem nível superior, 25% possuem a graduação em Administração e os outros 50% que não possuem nível superior, têm formação técnica, possuem nível técnico, sendo eles, técnico em segurança do trabalho e técnico agropecuário.

Um fato percebido durante as entrevistas é que existe o interesse em capacitar-se para desempenhar melhor as suas funções, essa busca por aprimoramentos proporciona melhores resultados para a organização, sejam elas para a tomada de decisões ou a execução de suas funções diárias.

Quanto ao tempo em que estão atuando no conselho, 50% afirmaram que possuem um período de atuação inferior a 1 (um) ano, 25% estão há mais de 2 (dois) anos e 25% possuem mais de 3 (três) anos de atuação. Observou-se que os representantes que apresentam menor tempo de atuação, pertencem ao Conselho Tutelar onde recentemente passou por um processo de eleição e houve a troca de representantes, e no caso do Conselho de Meio Ambiente, o responsável assumiu por indicação.

Nesse sentido, quanto ao controle social no município de Pimenta Bueno, a pesquisa evidenciou inicialmente que 50% dos conselheiros participam em mais de um conselho municipal e se declaram experiente por conhecer sobre o assunto (tabela 3).

Tabela 3: Entendimento sobre Controle Social e participação em Conselhos

ENTENDIMENTO SOBRE CONTROLE SOCIAL	%	PARTICIPAÇÃO EM OUTRO CONSELHO	%
Controle e fiscalização por parte da população	50%	SIM	50%
Transparência dos gastos públicos e disponibilizações das informações	50%	NÃO	50%
TOTAL	100%		100%

Fonte: Pesquisa (2016).

Quanto ao entendimento sobre Controle Social, 100% deles afirmaram que entendem sobre o assunto e a sua importância, ou seja, houve unanimidade entre os mesmos. Quando perguntados sobre a sua participação em outros conselhos, 50% declararam que participam e os outros 50% informaram que participam apenas de um conselho. Tal fato se dá talvez pela disponibilidade de tempo e até mesmo porque foram indicados por alguns gestores, por serem funcionários públicos ou por alguma relação política, conforme tabela 3.

Durante as entrevistas foram evidenciadas barreiras que impedem o exercício da cidadania, onde foi destacado pelos conselheiros principalmente a falta de interesse da população em obter informações e fiscalizar (75%), valendo ressaltar observações declaradas por 25% dos respondentes que alegaram que alguns políticos utilizam a precariedade de algumas estruturas para promover um cenário propício para as suas promessas políticas, o que pode gerar uma ilusão momentânea e o contentamento da população de que determinado problema será resolvido, a mesma deixa de questionar e buscar soluções, como se esta resolução já não fosse um cumprimento de suas obrigações perante a sociedade.

Esses dados ratificam a menção de Carlos (2009), de que a população deve procurar se interessar pelos assuntos e atos públicos e posteriormente atuar como fiscalizador, pois caso contrário, os procedimentos de interesse da comunidade permanecerão lentos ou inexistentes.

Em complemento a este pensamento, Catelli (1999) ressalta que, o desenvolvimento do controle tem a ver com a correção dos atos, a fim de, garantir o cumprimento do alvo desejado, ou seja, por meio da fiscalização, pode-se verificar onde houve falhas por parte do gestor, e desta forma incitá-lo a solucionar essas falhas, para que bons resultados sejam

alcançados. No entanto, sem que a população esteja atenta a estas ações, podem passar despercebidas e não serem realizadas ou permanecerem falhas.

Sobre a forma como são disponibilizadas para a população as informações sobre receitas e despesas, as afirmações foram consolidadas na tabela 4.

Tabela 4: Disponibilização dos dados receita e despesas

DISPONIBILIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	%	DISPONIBILIZAÇÃO DO PPA, LDO E LOA	%
Portal da Transparência	100%	Audiências Públicas e Portal da Transparência	25%
		Não soube informar	75%
TOTAL	100%		100%

Fonte: Pesquisa (2016)

Observa-se (tabela 4) que 100% dos conselheiros respondentes afirmaram que as informações relativas às receitas e despesas estão disponíveis no Portal da Transparência.

Com relação à forma utilizada para disponibilizar o PPA, LDO e LOA (tabela 4), apenas 25% informaram ser através do Portal da Transparência, já os 75% não souberam informar e deixaram explícito que verificam somente as informações correspondentes e de interesse do conselho por eles representados, ou seja, não verificam outras informações.

Desta forma, essas informações contrariam o que foi exposto por Figueiredo e Santos (2014), de que a disponibilização das informações de interesse da população promove a aproximação do gestor com o cidadão por ele representado, pois se os próprios representantes do povo não detêm essas informações, entende-se que esta aproximação provavelmente não seria possível. O exposto também ratifica a colocação de Pereira (2010), o controle está nas mãos de quem o detêm, ou seja, o controle é praticado pelos representantes do povo, tendo sido eleitos ou não.

Quanto a possíveis reclamações acerca da não concordância com a efetivação de algumas despesas, caso ocorra, foi evidenciado por 50% que já ocorreu e 50% informaram que não, inclusive chegando a mencionar que a reclamação foi diretamente feita junto ao Ministério Público, o qual não obteve retorno e sua solicitação não foi atendida. De acordo com Sant'anna (2009), de nada adianta a criação de um mecanismo de informação ou de solução de problemas, sem que estes sejam devidamente sanados, pois esses mecanismos

deveriam causar no gestor a intenção de solucioná-los mesmo que a população ainda não tenha reivindicado o seu cumprimento.

Quando questionados sobre a ocorrência de audiências públicas, a resposta foi unânime, 100% relataram que sempre ocorrem audiências públicas no município, isso demonstra um resultado muito bom e satisfatório, pois confirma o cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, Brasil (2000), assegura o exercício da transparência por meio de incentivo à população por meio da realização das audiências públicas, e de acordo com Reis (2004) a produção de informações contribui para o processo decisório, ou seja, a realização de audiências públicas está diretamente ligada à produção dessas informações, em outras palavras, Neto *et al*, (2014) ressalta que, a boa gestão, é aquela que vai além da obrigação e da obediência à legislação.

Sobre os canais de informação disponíveis ao acesso da população, os mesmos informaram que estas são disponibilizadas por meio do rádio, televisão, jornais, murais e audiências públicas.

Outra forma de se fazer o controle social no município, é pela atuação dos presidentes de bairros que representam os munícipes, no entanto, a pesquisa demonstra que a participação é ínfima. Apesar da existência de 16 (dezesseis) bairros no município, somente dois bairros possuem representantes, porém, após verificação, obtiveram-se apenas informações do presidente de um bairro; o outro representante não foi localizado.

Ao procurar saber sobre qual a forma de participação da população a respeito das ações de seus gestores no município, o pesquisado declarou que “a população espera que as coisas aconteçam, sem que elas façam as devidas cobranças e reivindiquem as melhorias necessárias” e informou desconhecer qualquer tipo de ação por parte da gestão pública municipal que esteja disponível ao cidadão para verificar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos.

Essa informação não retrata um bom resultado, pois, para Evangelista (2010), a informação é imprescindível para que o cidadão desfrute e exerça os seus plenos direitos; ainda para Martins e Véspoli (2013), a não existência de ações em prol do cidadão por parte do poder público com relação às medidas de acompanhamento da aplicação de recursos, fará com que o cidadão não exercite e sua cidadania e nem o seu poder de fiscalizador.

No que diz respeito ao que impede a população de atuar como fiscalizador, o mesmo alega ser uma questão cultural, mas não mencionou exemplos de quais seriam essas questões culturais e não soube responder qual a forma de disponibilização das receitas e despesas para o acesso do público. Sobre a falta de interesse da população em fiscalizar os atos de seus

gestores, o mesmo alega que a população não tem confiança em seus gestores, e por isso, não se preocupa em verificar o que eles estão fazendo, o que confirma o que diz Slomski (2011), quando o gestor procura seguir o que rege a LRF acerca da transparência das informações e preocupa-se em evidenciá-las, passa a causar boa impressão, ou seja, promover confiança em seus atos.

O pesquisado ainda afirmou que as informações não são de fácil acesso e sua linguagem formal e técnica atrapalha a interpretação por parte da população que esteja em busca dessas informações, o que segundo Júnior (2008), a prestação de contas deve permitir entendimento sobre as responsabilidades de seu gestor, para que ele possa exigir os seus direitos, o cidadão só irá assimilar e interpretar uma linguagem que corresponda ao que ele tem vivenciado.

4.3 A INTERAÇÃO ENTRE A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL

A interação entre a transparência e o controle social reflete a pesquisa nos sites da prefeitura municipal de Pimenta Bueno e Câmara Municipal e o entendimento a partir dos pesquisados do controle interno, presidente da câmara, conselhos municipais e presidentes de bairros.

Em confirmação às respostas anteriormente expostas, sobre a forma utilizada para efetivação da transparência das informações que, para 100% dos respondentes é a internet, por meio da análise realizada no site da prefeitura, verificou-se a existência de uma aba denominada “fale conosco”, para o acesso da população em caso de dúvidas, reclamações e/ou esclarecimentos, que é uma das ferramentas disponíveis (figura 6):

A imagem mostra a interface web do formulário "Fale Conosco" no site da Prefeitura de Pimenta Bueno. O navegador indica o endereço www.pimentabueno.ro.gov.br/index.php?option=com_contact&view=contact&id=1&Itemid=68. O formulário principal possui os seguintes campos: "Digite seu Nome:", "Endereço de E-mail:", "Assunto da Mensagem:" e um campo de texto grande para "Digite sua Mensagem:". Abaixo do campo de mensagem, há uma opção desmarcada: "Enviar cópia dessa mensagem para seu endereço de e-mail." e um botão "Enviar".

À esquerda, há um menu de navegação com duas seções: "CONHEÇA PIMENTA BUENO" (com subitens: Localização, História do Município, Demografia, Dados Gerais, Infraestrutura, Pontos Turísticos, Gastronomia, Hospedagem, IDH, Símbolos Municipais) e "INSTITUCIONAL" (com subitens: Executivo Municipal, Secretarias, Contas Públicas, Concursos Públicos, Testes Seletivos).

À direita, há uma barra lateral com botões e logos: "Acesso à Informação", o logo da "FIS-LEX" (Fórum Interamericano de Serviços Jurídicos), "Portal da Transparência" (com o link "Acesso Externo"), "Portal da Transparência" (com o link "Acesso Interno") e "ContraCheque".

Figura 6: Ferramentas de efetivação da transparência
Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

Nenhum dos respondentes escolheu a opção contida no roteiro, como sendo o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), porém esta opção também está disponível à população, o que demonstra o desconhecimento da disponibilidade desta opção, como mostra a Figura 7:

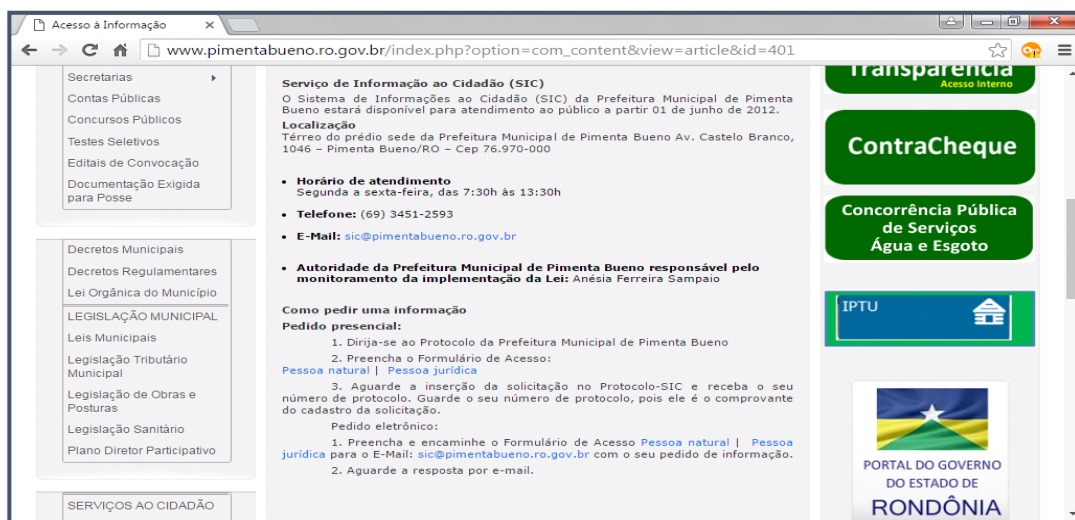


Figura 7: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

Já com relação ao acesso às informações de aplicação das receitas públicas, os entrevistados informaram ser por meio do Portal da transparência e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios (Tabela 3).

No site da Prefeitura consta a opção acesso ao portal da Transparência, onde as pastas indicam ser sobre informações da LDO dos respectivos anos de 2011 a 2014, em sua maioria estão em branco, demonstrado na Figura 8:

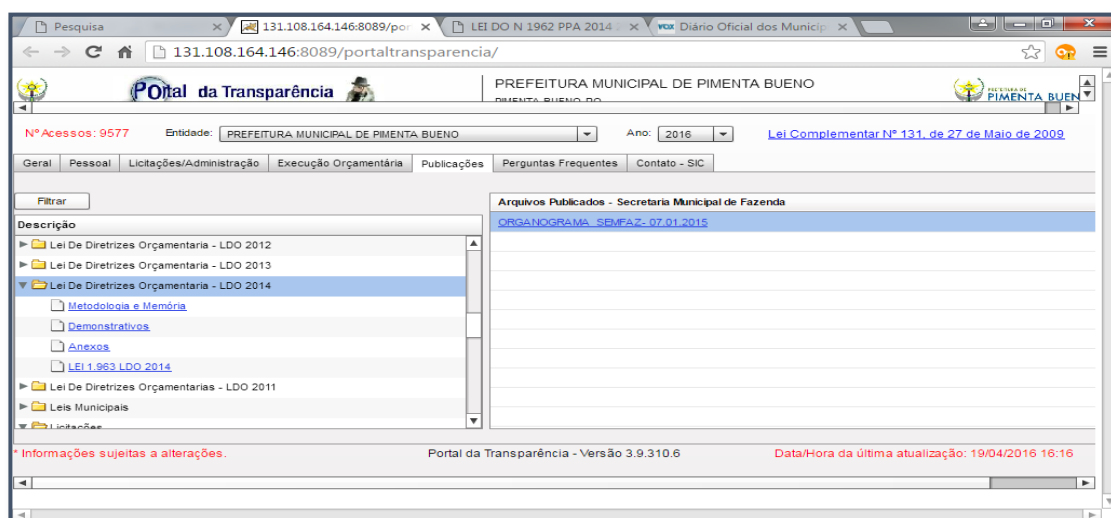


Figura 8: Publicações Portal da Transparência

Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

Com relação ao site do Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, verificou-se que tudo o que é feito nos municípios são disponibilizados nesse site. Entretanto, é necessário saber a data exata da publicação do documento ou assunto que deseja verificar e buscar pela data da publicação, conforme mostra a figura 9:



Figura 9: Diário Oficial dos Municípios de Rondônia

Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

No entanto, só foi localizada a LDO no Portal da Transparência, não constando nem o PPA e nem a LOA, já no Diário Oficial dos Municípios não foi localizado nenhuma das opções, além de não ser de fácil localização, para verificar qualquer informação tem que saber a data exata de sua publicação, pois somente pela aba “busca avançada” não aparece nenhum tipo de informação, acredita-se que essa falha seja devido à imensa quantidade de arquivos publicados por dia. O PPA de 2014 a 2017 está disponível apenas no site da prefeitura de Pimenta Bueno.

Referente à forma de disponibilização das informações, observou-se que constam convocações para as audiências públicas, que está devidamente representado na Figura 10:



Figura 10: Convocação para Audiência Pública

Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

Porém, apresenta-se desatualizado, a última convocação constante no site da prefeitura foi realizada no ano de 2014, e após verificação no sítio eletrônico da Câmara Municipal, constatou-se que houve várias sessões após esta, que não foram informadas no site da prefeitura municipal, vale salientar que os balanços não estão disponíveis para consulta, assim como, a prestação de contas anual.

Pôde-se perceber durante o desenvolvimento da pesquisa, que os próprios representantes do povo que deveriam fiscalizar e solicitar informações, não o faz, e fazem apenas quando diz respeito aos órgãos por eles representados, outro ponto que pode ser destacado, é que a própria população não tem interesse em participar ativamente dos assuntos relacionados às melhorias de seu município, o que pode ser observado por meio das audiências públicas realizadas no município, onde comparece apenas uma minoria da população mesmo sendo convocadas por anúncios, muitas vezes feitos por meio das emissoras de rádio e carros de som. Talvez seja pela falta de incentivo dos próprios gestores para a participação da população, pois o que se verifica é que não existe essa integração entre o gestor público e a comunidade em geral conforme constatou-se por meio das informações e dos dados da pesquisa.

Com relação à quantidade de conselhos do município ambos entrevistados informaram ter conhecimento somente de 2 (dois) conselhos, sendo eles: Conselho de Assistência Social e Conselho de Educação, o que de acordo com Evangelista (2010), não atende nem a publicidade e nem a transparência, haja vista que, não são divulgadas as ações desses conselhos e tão pouco conhecidas por seus próprios membros, pois desconhecem a existência dos outros conselhos, que ainda complementa o pensamento de Filgueiras (2011), de que tanto a publicidade, quanto a transparência estão interligadas, pois a transparência está relacionada com a divulgação das informações e a publicidade dessas informações gera um vínculo da sociedade para com o governo.

No Portal da Transparência constam em formato de pastas as opções de verificação das informações, porém quando se clica na pasta, em sua maioria está em branco, desatualizado ou com informações que não são de fácil entendimento, o que ressalta a afirmação de Evangelista (2010), de que apesar do indivíduo ter inúmeras formas de informação a espera de sua verificação, o cidadão muitas vezes por não ter o conhecimento técnico necessário para a sua análise, acaba por ocasionar o seu distanciamento e desinteresse dos assuntos públicos, optando por abrir mão de atuar como controlador e fiscalizador social.

Entretanto, no mês de Junho de 2016, foi verificado que houve uma atualização no Portal da Transparência, onde foram disponibilizadas informações atualizadas com relação às execuções orçamentárias, onde até os meses anteriores da pesquisa não constavam atualizados ou não estavam disponíveis para verificação, apresenta-se as informações atualizadas conforme Figura 11:



Figura 11: Portal da Transparência Execuções Orçamentárias

Fonte: site da prefeitura de Pimenta Bueno (2016).

Em relação ao sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, verificou-se que constam atualizadas as abas referentes ao PPA, LDO e LOA, assim como as ações desempenhadas pela casa, sendo elas: as sessões ordinárias, audiências públicas, etc. Destacam-se as informações disponíveis para download do PPA, LDO e LOA apresentada na Figura 12:



Figura 12: Publicações PPA, LDO e LOA

Fonte: site da Câmara municipal (2016).

Também foi publicado um informativo sobre a disponibilização da prestação de contas do exercício de 2015, tanto da prefeitura municipal, quanto da referida Câmara, para exame e apreciação da população e demais interessados, conforme demonstra a figura 13:



Figura 13: Prestação de contas do exercício de 2015

Fonte: site da Câmara municipal (2016).

Após a atualização no Portal da Transparência da prefeitura municipal, da mesma forma foram atualizados os dados do site da Câmara municipal, acredita-se que essa atualização ocorreu após os 60 dias em que foi disponibilizada a prestação de contas para apreciação, conforme apresentado pela Figura 13, em seguida apresenta-se as informações sobre as Execuções Orçamentárias da Câmara municipal elucidados na Figura 14:



Figura 14: Portal da Transparência Execuções Orçamentárias

Fonte: site da Câmara municipal (2016).

Vale ressaltar que em junho de 2016, foi publicado um novo Ranking Nacional da Transparência, pelo Ministério Público Federal (MPF), com um comparativo entre a avaliação do ano de 2015 e o ano de 2016, os 10 (dez) Estados que mais se destacaram com nota de 9,0 a 10 foram: Ceará, Espírito Santo, Rondônia, Goiás, Tocantins, Santa Catarina, São Paulo,

Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul, sendo que, Rondônia e Mato Grosso do Sul, obtiveram uma melhora significativa comparado ao ano anterior.

Nesse comparativo estão representadas as avaliações feitas em 2015 e respectivamente 2016, onde se destacou o estado de Rondônia, que anteriormente ocupava o 21º lugar e passou a ocupar o 3º lugar no ranking nacional, no anterior a sua nota foi 5,20. Já no ano atual, a sua nota foi 10, onde representou uma melhora significativa tanto em sua colocação no ranking, quanto em sua nota.

Em relação ao ranking de transparência dos municípios de Rondônia, em avaliação feita no ano de 2015, foram avaliados os 52 municípios, dentre eles destacou-se os 20 melhores municípios de Rondônia, com a distribuição de notas de 0 a 10, conforme representa a Figura 15:

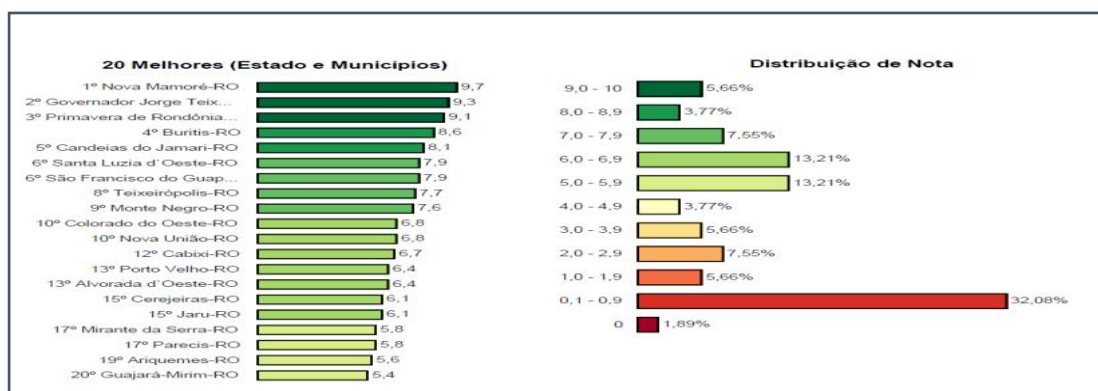


Figura 15: 20 melhores municípios de Rondônia

Fonte: site do Ministério Público Federal (2015).

Na avaliação publicada em Junho de 2016, o ranking dos municípios de Rondônia também apresentaram mudanças significativas, além da comparação entre o ano anterior e o atual, vale salientar que no ano de 2015, o Índice Estadual era de 3,78 e saltou para 7,12 no ano de 2016, ou seja, é um resultado muito bom para os Estado. Observa-se que no ano de 2015, a capital do Estado, Porto Velho, ocupava o 13º lugar no ranking, já no ano de 2016 foi para 2º lugar, ou seja, um resultado muito bom, isso evidencia que os gestores buscaram melhorias em alguns quesitos relacionados à transparência.

A avaliação, também, apresenta um comparativo das notas atribuídas aos municípios de Rondônia na avaliação de 2015 e 2016, assim como, a posição de cada município, a diferença de um ano para o outro e a quantidade de habitantes das referidas cidades, vale ressaltar que a cidade de Porto Velho obteve um ótimo progresso, pois recebeu a melhor nota do Estado, já a cidade de Pimenta Bueno que no ano de 2015 aparecia em 31º lugar, agora apresenta-se no 46º lugar com a nota 3,3, embora tenha despencado em sua colocação, houve uma melhora em sua nota, no entanto, essa nota ainda é considerada muito baixa, comparado

a nota de Machadinho D'Oeste, que possui apenas 818 habitantes, a menos que Pimenta Bueno, conforme representado na Tabela 5:

Tabela 5: Ranking da transparência dos municípios (2016)

RANKING DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA					
POSICÃO	MUNICÍPIO	2015	2016	DIFERENÇA	POPULAÇÃO
1	ESTADO-RO	5,2	10	-4,8	1.562.409
2	PORTO VELHO	6,4	9,8	-3,4	494.013
3	JARU	6,1	9,6	-3,5	55.669
4	MACHADINHO D'OESTE	5,1	9,6	-4,5	36.412
5	CACAULÂNDIA	2,9	9,5	-6,6	6.318
6	JI-PARANÁ	0,4	9,4	-9	129.242
7	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	9,1	9,3	-0,2	3.548
8	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	4,9	9,1	-4,2	13.884
9	SANTA LUZIA D'OESTE	7,9	9,1	-1,2	8.706
10	ALTO PARAÍSO	0,9	9	-4,2	19.841
-					
46	PIMENTA BUENO	2,2	3,3	-1,1	37.230

Fonte: Adaptado pelo autor MPF (2016).

Nesse contexto em relação à interação entre a transparência e o controle social, observa-se que a partir de algumas mudanças e ajustes necessários, é possível ter um resultado satisfatório e como consequência, uma boa colocação, e por meio disso ser um município reconhecido por preocupar-se em promover a transparência, pois após a visualização de uma boa nota, aguça a curiosidade de quem tem interesse em verificar o que este município tem feito para se destacar mais que outros municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo de verificar de que forma ocorre à transparência das informações e a participação social na gestão pública do município de Pimenta Bueno, Rondônia, pode-se afirmar que a pesquisa demonstra um resultado insatisfatório, tanto em relação à transparência, quanto a participação social.

Quanto aos instrumentos utilizados para a efetivação da transparência das informações podem ser considerados escassos, haja vista que, as informações que deveriam ser transmitidas em tempo real, não constam no Portal da Transparência da Prefeitura municipal, ou estão desatualizadas desde o ano de 2014. As publicações são feitas em tempo real no AROM, entretanto, os resultados indicam que possuem linguagem técnica, não são de

fácil acesso e nem de fácil compreensão, o que desestimula o cidadão de fazer o devido acompanhamento dessas informações.

Falta de informações corretas sobre quais são os Conselhos existentes no município e a quantidade de Conselhos, haja vista que, nenhum dos respondentes soube informar, verifica-se que caso o cidadão necessite sanar possíveis dúvidas ou buscar conhecimento, encontrará dificuldades, ou seja, é uma barreira existente com relação ao exercício da cidadania. Em contrapartida, os representantes do controle interno, demonstraram total conhecimento sobre as informações e onde elas são disponibilizadas, assim como, as legislações vigentes com relação à transparência e acesso à informação.

Todavia, verificou-se à ausência de representantes nos bairros, o qual poderia atuar em conjunto à comunidade, e assim exercer o controle social. Os resultados refletem o quanto a população tem se mantido omissa em relação a adquirir um posicionamento e além de cobrar, passar a fiscalizar conforme a própria legislação lhe confere esse direito e comprovada à inexistência de incentivo à população para que a mesma acompanhe, participe e opine sobre a gestão.

Conclui-se, portanto que a aliança entre o cidadão e os seus representantes proporcionaria mudanças em todo esse contexto, de modo que, essas falhas por parte da administração e até mesmo da população, poderiam evitar o atual patamar econômico tem representado muito bem o que acontece quando se espera apenas pelo poder público e pelos órgãos fiscalizadores responsáveis, pois quando se descobre algo que fere a legislação ou os direitos do cidadão, em muitos casos já é tarde demais e seus danos são irreversíveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Irmaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: Da teoria a prática**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AROM (Associação Rondoniense dos municípios). **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>>. Acesso em 10 jun. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. (CRFB): **Constituição**: República Federativa do Brasil: Senado Federal, Centro gráfico, 1998.

BOTELHO, Milton Mendes. **Manual prático de controle interno na administração pública municipal**. 3ª.ed. CURITIBA: JURUÁ, 2014.

BREMAEKER, François E. J. de. **Índice de Transparência Municipal: Observatório Social de Informações Municipais**. Disponível em:
<http://www.informacoesmunicipais.com.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/8637FBC1-E46F-9C64-E7DCD1913BCE47E309012016123344.pdf&i=3011>. Acesso em: 28 jan. 2016.

CARLOS, Flávio Alves. **CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL**: um estudo sobre a utilidade dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) na percepção dos conselheiros de políticas sociais no Estado de Pernambuco. 2009. 175 f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em:<<http://www.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/dissertacao%20nr.006flavio.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CARLOS, Flavio Alves *et al.* Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.5, maio/ago, 2008. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS332.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CARVALHO, Mateus. **Manual de Direito Administrativo**. 2ª. ed. SALVADOR: JUS PODIVM, 2015.

CATELLI, Armando. **Uma abordagem da gestão econômica- GECON**. 2ª. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 1999.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Olho vivo no dinheiro público**: controle social orientação aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. 3. ed. Brasília, DF, 2012. 47 p. Disponível em:
<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controlesocial/arquivos/controlesocial2012.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Escala Brasil Transparente**. Disponível em:
<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>. Acesso em: 07 dez. 2015.

COSTA, Neiton. **O princípio da publicidade e a necessidade de transparência na Administração Pública**. [2015]. Disponível em:
<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8217/O-principio-da-publicidade-e-a-necessidade-de-transparencia-na-Administracao-Publica>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CRUZ, Cláudia Ferreira da et al. Um estudo empírico sobre a transparência da gestão pública dos grandes municípios brasileiros. In: Encontro de Administração pública e governança, 2010, Espírito Santo. **Anais...** Espírito Santo: ANPAD, 2010. p. 1-17. Disponível em:<
http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2010/2010_ENAPG380.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

DIREITONET. **O princípio da publicidade e a necessidade de transparência na Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8217/o-principio-da-publicidade-e-a-necessidade-de-transparencia-na-Administracao-Publica>>. Acesso em: 10 jan.2016.

EVANGELISTA, Lucio. **Controle social versus Transparência pública: uma questão de cidadania**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cge.pr.gov/arquivos/File/Transparencia_e_acesso_a_informacao/controlesocialxtransparencia.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (Ed.). **Minidicionário Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. 7 ed. CURITIBA: POSITIVO, 2008.

FERNANDES, Angélica Aparecida. **A Questão da Transparência da Gestão Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal - Reflexos na Apreciação da Prestação de Contas Municipal pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. 2012. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades) Universidade de São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v.6, n.1, p. 73-88, jan./abr.2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/32082>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

FILHO, Geraldo Alemandro Leite; COLARES, André Felipe Vieira; ANDRADE, Isabela Cristina Fonseca. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.2, p. 114-136, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18606/1/2015_TarsoRochaLulaPereira.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

FILGUEIRAS, Fernando. **Transparência, publicidade e accountability**. [2015]. Disponível em: <http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/transparencia_publicidade_e_accountability.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Isac Pimentel *et al.* Transparência na Administração Pública Municipal: Um estudo de caso sob a ótica dos fundamentos da Accountability. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 16., 2008, Salvador. **Anais Eletrônicos...**Salvador: SEGeT, 2008. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/458_Administracao%20Publica%20e%20Accountability.pdf>. Acesso em: 06 jan.2016.

IPEA. **Conselhos Nacionais e Perfil de atuação dos conselheiros**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participação/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf>. Acesso em: 13 Jun. 2016.

JÚNIOR, Jorge José Barros de Santana. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos Poderes e Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. 2008. 177f. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4018/1/2008_JorgeJoseBSJunior.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

JUNIOR, Jorge José Barros de Santana; LIBONATI, Jerônimo José; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro; SLOMSKI, V. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos Poderes e Órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 3, n. 3, p. 62-84, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17766/transparencia-fiscal-eletronica--uma-analise-dos-niveis-de-transparencia-apresentados-nos-sites-dos-poderes-e-orgaos-dos-estados-e-do-distrito-federal-do-brasil/i/pt-br>>. Acesso em 10 dez. 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública; teoria e prática**. 9ª. ed. SÃO PAULO:ATLAS, 2003.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LIMA, Liliane Chaves Murta de. **Controle Interno na administração pública: o Controle Interno na administração pública como um instrumento de Accountability**. 2012. 72f. Monografia (Curso de Especialização em Orçamento Público) – Instituto Serzedello Corrêa. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541195.PDF>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MARTINS, Pablo Luiz; VÉSPOLI, Bianca de Souza. **Revista de Administração da Fatea**, São João Del Rei, v.6, n.6, p. 93-102, jan./jul., 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/raf/article/viewFile/627/443>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

MATOS, Alexandra de Almeida. **Abrangência dos princípios da publicidade e Transparência na Administração Pública**. 2012. 12f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Contábeis- Fasb). São Francisco das Barreiras, 2012. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-monocontpublic.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ranking da Transparência**. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/resultados>>. Acesso em: 13 Jun. 2016.

MOTA, Ana Carolina Yoshida Hirano de Andrade. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**. 2006. 250f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/.../TESE_ANA_CAROLINA_YOSHIDA_HIRANO>. Acesso em: 06 dez. 2015.

NETO, Orion Augusto Plattet *al.* Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Santa Catarina, v.18, n.1, p.75-94, Jan./mar. 2007.

Disponível em:

<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

OSIM. **Observatório social de informações municipais**. Disponível

em:<<http://www.informacoesmunicipais.com.br/abredocumento.cfm?arquivo=repositório/oim/documentos/8637FBC1-E46F-9C64-E7DCD1913BCE47E309012016123344.pdf&i=3011>>.

Acesso em: 20 jan. 2016.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas**. SÃO PAULO: ATLAS, 2010.

PAIVA RIBEIRO. Clarice Pereira de;ZUCCOLOTTO. Robson. Fatores determinantes da Transparência na Gestão Pública dos Municípios Brasileiros. In: Encontro de Administração Pública e Governo, 2012. Salvador, BA. **Anais...**Salvador, BA:EnAPG/ANPAD, 2009.Disponível em:

<www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012?2012_EnAPG82.PDF>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

PLATT NETO, Orion Augusto, *et al.* Publicidade e Transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v.18, n.1. P.75-84, jan/mar., 2007.

PEREIRA, José Matias. **Governança no setor público**. SÃO PAULO: ATLAS, 2010.

PNEF (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL). **Educação Fiscal no contexto social. n. 1. Escola de Administração Fazendária e Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho Educação Fiscal**. Brasília, 2005. Disponível

em:<<http://www.sefaz.al.gov.br/pef/material/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Fiscal%20no%20Contexto%20Social.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

PIMENTA BUENO. **Câmara municipal de Pimenta Bueno**. Disponível em:

<<http://pimentabueno.ro.leg.br>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PIMENTA BUENO. **Histórico do município**. Disponível em:

<http://www.pimentabueno.ro.gov.br/index.php?view=article&catid=24%3Ahistorico&id=1%3Ahistorico&format=pdf&option=com_content&Itemid=28>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PIMENTA BUENO. **Dados gerais do município**. Disponível em:

<http://www.pimentabueno.ro.gov.br/index.php?view=article&catid=7%3Adados-gerais&id=13%3Adados-gerais&format=pdf&option=com_content&Itemid=11>. Acesso em: 13 Jun. 2016.

PIMENTA BUENO. **Contas Públicas**. Disponível em:

<http://www.pimentabueno.ro.gov.br/index.php?view=article&catid=52%3A2005&id=305%3Acontas-publicas&format=pdf&option=com_content&Itemid=8>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Controle Social**. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial>>. Acesso em: 28out.2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Transparência Pública**. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/>>. Acesso em 28 out. de 2015.

RAMOS, Darcosom Lima; SILVA, Gustavo Souza da. **Educação Fiscal como ferramenta de controle social**. Monografia de Graduação de Bacharel em Ciências Contábeis defendida em 28 de novembro de 2011, Universidade Federal de Santa Maria- SC. Disponível em:<http://w3.ufsm/contabeis/?dl_id=16>. Acesso em: 10 jan. 2016.

REIS, Heraldo da costa. **Contabilidade de gestão governamental**; estudos especiais. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

SÃO PAULO. **Cartilha de Educação Fiscal**. São Paulo, SP. 2013. Disponível em:<www.educacaofiscal.sp.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2015.

SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. **Tecnologia e gestão pública municipal mensuração da interação com a sociedade**. 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/download/Tecnologia_e_gest%C3%A3o_p%C3%BAblica_municipal.pdf?id=73VxObSNnSwC&hl=ptBR&capid=AFLRE73ZlYSYVmpqDR1ThJpx3zkhi6OZMGQRNQp6vAKcPQdKEIj_5ccHTEEDkREs73DDGRzIlgB_UZZpzsapiwv4V6PO_T_s_A&continue=https://books.google.com.br/books/download/Tecnologia_e_gest%25C3%25A3o_p%25C3%25BAblica_municipal.pdf%3Fid%3D73VxObSNnSwC%26hl%3DptBR%26output%3Dpdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa aplicada á Contabilidade**; orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. SÃO PAULO: ATLAS, 2003.

SILVA, Cristiane Born da. **Os instrumentos de Transparência e Controle Social e o papel da Contabilidade aplicada ao setor público**: a percepção dos gestores dos municípios mais populosos do Brasil e dos municípios da região sul com mais de 50.000 habitantes. 2012. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais)-UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61945/000867345.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**; um enfoque na contabilidade municipal. 2ª. ed. SÃO PAULO: ATLAS,2003.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Governança corporativa e governança na gestão pública**. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1ª. Ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2011.

TCE (Tribunal de Contas do Estado). **Cartilha do controle interno**. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf>. Acesso em: 05 Abr. 2016.

TCU (Tribunal de Contas da União). **Indicadores de desempenho**. Disponível em: <<http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamentogestao/planejamento2021/fichas/tab8.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 17. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO E AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Nome: _____

Há quanto tempo atua: _____

1. Gênero:

Masculino () Feminino ()

2. Qual o seu nível de escolaridade:

Ens. Fundamental Incompleto	()	Ens.Fundamental Completo	()
Ens. Médio Incompleto	()	Ens.Médio Completo	()
Ens.Superior Incompleto/Cursando	()	Ens.Superior Completo	()
Especialização	()	Mestrado	()
Doutorado	()		

Caso possua nível superior informe o (s)curso (s):

3. Qual o cargo ou função que você desempenha dentro da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno ou Câmara Municipal? Há quanto tempo?

4. Quais as ferramentas utilizadas pela gestão pública municipal para que haja efetivação da transparência das informações?

- () internet
- () SAC- Sistema de atendimento ao cidadão
- () divulgação em meios de comunicação
- () Outros

Quais?

5. Dentro do município realizam-se atividades referentes a participação e o controle social?

() Sim. De que forma/como? _____

() Não

() Desconheço qualquer atividade deste tipo no município

() Não sei responder

Quais atividades? _____

6. Em Pimenta Bueno existem Conselhos Municipais que auxiliem a população no acompanhamento e entendimento das informações referente a alocação de seus recursos?

7. Quantos conselhos municipais ou de representação existem no município de Pimenta Bueno?

() Nenhum () Três

() Um () Acima de cinco

☐) Dois ☐) Não sei responder

Quais e se são atuantes?

8.Quais foram os benefícios, avanços e mudanças que aconteceram na gestão pública do município em virtude do controle social?

☐) Transparências nas contas públicas e equilíbrio fiscal

☐) Melhor aplicação dos recursos e investimentos públicos

☐) Melhor gestão de programas e políticas públicas de governo

☐) Aumento da governabilidade e melhor gerenciamento da máquina pública

☐) Todas as mudanças descritas acima ocorreram no município de Pimenta Bueno.

☐) Não houve nenhum tipo de mudança

☐) Outros.

Quais? _____

9.A sociedade têm acesso às informações referentes à administração das receitas públicas e onde elas estão sendo aplicadas?

☐) Sim

☐) Não

☐) Às vezes

☐) Não sei responder

Onde? _____

10. De que forma essas informações são disponibilizadas?

☐) pela internet

☐) pelo Portal da Transparência

☐) por meio de informativos em rádios e TV's locais.

☐) por meio de Audiências Públicas

☐) algum canal direcionado ao acesso da população para discussão, críticas ou sugestões.

☐) por meio de folhetos explicativos

☐) em murais

☐) Outros.

Quais? _____

11. De que forma a população pode solicitar as informações de seu interesse?

☐) por telefone

☐) através do SIC- Sistema de Informação ao Cidadão

☐) através de e-mail

() protocolo com solicitação via e-mail e/ou presencial

() por meio de ouvidoria

() Outros

Quais?

12. O PPA, LDO e a LOA, estão disponíveis para o acesso da população? Onde?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS REPRESENTANTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PIMENTA BUENO

Nome: _____

Representa qual conselho: _____

Tempo de atuação _____

1. Gênero: Masculino () Feminino () Idade: _____

2. Escolaridade:

Ens. Fundamental Incompleto	()	Ens. Fundamental Completo	()
Ens. Médio Incompleto	()	Ens. Médio Completo	()
Ens. Superior Incompleto/Cursando	()	Ens. Superior Completo	()
Especialização	()	Mestrado	()
Doutorado	()		

Caso possua nível superior informe o (s) curso (s):

3. Profissão: _____

4. Instituição Representada no Conselho: _____

5. O que você entende por Controle Social?

6. Participa também de outro Conselho no município? Se sim, qual e desde quando?

7. De que forma você participa das atividades do Conselho e como você avalia a sua participação junto a população na busca de seus interesses?

8. Você considera os Conselhos Municipais uma ferramenta importante de representação da população?

9. Em sua opinião quais as maiores barreiras que impedem o exercício da cidadania?

10. Você acompanha orçamentos (previsão) e gastos efetuados (despesas) pela prefeitura municipal?

11. **Você utiliza de algum meio para questionar os valores previstos e gastos?**
12. **Você acompanha os relatórios de orçamentos e despesas e entende a forma como são divulgados?**
13. **Onde costuma acessar as informações relativas a previsão orçamentária e gastos?**
14. **já fez alguma reclamação por não concordar com alguma despesa efetivada e já foi atendido?**
15. **Qual a forma utilizada pela prefeitura e câmara municipal para tornar acessível às informações relativas a previsões de receita e gastos pela população (PPA; LDO; LOA).**
16. **É rotina acontecer audiências públicas com intuito de tornar transparentes as informações à população?**
17. **Qual canal para informação existe disponível no município:**
() radio; () TV; () jornais; () murais; () audiências Públicas; () outras.
-

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PRESIDENTES DE BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO

- 1. Em sua opinião, de que forma a população pode participar das ações de seus gestores no município?**
- 2. Você tem conhecimento de alguma ação da gestão pública municipal para que o cidadão acompanhe ou verifique onde está sendo aplicado o dinheiro público?**
- 3. Caso exista alguma ação, quais são elas?**
- 4. A população do seu bairro demonstra algum interesse em participar das ações da gestão do município?**
- 5. Em sua opinião o que impede que a população acompanhe as ações dos gestores do município de Pimenta Bueno?**
- 6. De que forma são disponibilizadas as informações á população para que ela tome conhecimento do que está sendo realizado (Receitas e despesas/onde esta sendo gasto os recursos) em seu município?**
- 7. O que falta para que a população se interesse em fiscalizar mais as ações de seus representantes?**
- 8. Você consegue consultar as informações dos gastos públicos na internet ou em algum outro lugar? Onde? Ou nunca verificou essas informações?**
- 9. Você entende e acredita que as pessoas do seu bairro conseguem entender as informações que são disponibilizadas?**
() sim() não
Poquê?_____
- 10. Essas informações são de fácil acesso? e de fácil entendimento?**
() sim() não
Porque?_____
- 11. A população tem cobrado de seus representantes o que lhes foi prometido durante suas campanhas?**
- 12. Se precisar de informações sobre os recursos (receita e despesas) do município em sua opinião é de fácil acesso tanto na prefeitura quanto junto a Câmara Municipal?**